

A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Resumo

O agronegócio nunca saiu de cena e, nas últimas décadas, nem retrocessos apresenta, está em franca expansão em direção ao Cerrado, a Amazônia e ao Pantanal. Sempre desmatando e eliminando aquilo que impede e questiona o seu crescimento desenfreado. Afinal, para haver expansão é necessária a existência de territórios *disponíveis* (muitas vezes tratados como ociosos, vazios) para serem apropriados. Foi assim nos anos áureos dos ditos governos progressistas, que usufruíram do *boom* das *commodities* e continua assim hoje em pleno um momento de crise econômica, política, sanitária e social. Contudo, vivemos um momento particular: a pandemia da COVID-19, que desde o início de 2020 assola todo o globo e que é utilizada pelo governo brasileiro para “passar a boiada”. Assim, o objetivo deste artigo é apontar elementos que permitam a reflexão sobre como o governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em tão pouco tempo de mandato tem fortemente impactado a questão agrária e ambiental. Este texto compreende a apresentação do número 58 da Revista NERA, que conta com dez importantes contribuições acerca da complexidade e multiescalaridade da questão agrária.

Palavras-chave: Governos progressistas; políticas públicas; questão agrária; Estado.

Agrarian policy in the Bolsonaro government: the contradictions between the expansion of agribusiness, the advance of hunger and anti-environmentalism

Abstract

Agribusiness has never left the scene and, in recent decades, there are no setbacks, it is expanding towards the Cerrado, the Amazon and the Pantanal. Always deforesting and eliminating what prevents and questions its unrestrained growth. After all, for there to be expansion it is necessary to have available territories (often treated as idle, empty) to be appropriated. This was the case in the heyday of the so-called progressive governments, which benefited from the commodity boom and continues today in the midst of a time of economic, political, health and social crisis. However, we live in a particular moment: the COVID-19 pandemic, which has been plaguing the entire globe since the beginning of 2020 and which is used by the Brazilian government to “passar a boiada”. Thus, the objective of this article is to point out elements that allow reflection on how the government of Jair Messias Bolsonaro (without a party) in such a short term has strongly impacted the agrarian and environmental issue. This text comprises the presentation of number 58 of Revista NERA, which has ten important contributions on the complexity and multiscale nature of the agrarian question.

Keywords: Progressive governments; public policy; agrarian question; State.

Política agraria en el gobierno de Bolsonaro: las contradicciones entre la expansión del agronegocio, el avance del hambre y el anti-ambientalismo

Resumen

El agronegocio nunca ha salido del escenario y, en las últimas décadas, no hay retrocesos, está en auge hacia el Cerrado, la Amazonía y el Pantanal. Siempre deforestando y eliminando lo que impide y cuestiona su desenfrenado crecimiento. Después de todo, para que haya expansión, es necesario tener territorios disponibles (a menudo tratados como ociosos, vacíos) para apropiarse. Este fue el caso en el apogeo de los llamados gobiernos progresistas, que se beneficiaron del boom de las *commodities* y continúa hoy en medio de una época de crisis económica, política, sanitaria y social. Sin embargo, vivimos en un momento particular: la pandemia de COVID-19, que asola al mundo entero desde principios de 2020 y que es utilizada por el gobierno brasileño para “*passar a boiada*”. Así, el objetivo de este artículo es señalar elementos que permitan reflexionar sobre cómo el gobierno de Jair Messias Bolsonaro (sin partido) en tan corto plazo ha impactado fuertemente el tema agrario y ambiental. Este texto comprende la presentación del número 58 de la Revista NERA, que cuenta con diez importantes aportes sobre la complejidad y escalas de la cuestión agraria.

Palabras clave: Gobiernos progresistas; políticas públicas; cuestión agraria; Estado.

Introdução

Não é preciso retornarmos aos primórdios para evidenciar a centralidade da questão agrária no processo de formação econômica, espacial e social do Brasil, autores como Caio Prado Jr. (1969 e 2011) e Ruy Moreira (2018, 2019 e 2020) já muito bem fizeram este resgate. Hoje, no século XXI, a questão agrária não deixou de ser um elemento estrutural da nossa sociedade, que embora seja considerada urbano-industrial, nunca deixou de ter sua economia pautada na exploração dos recursos naturais e na produção agropecuária. Ocorre que em cada momento histórico há características particulares. Assim, a questão agrária se renova cotidianamente, porém sem perder os seus elementos fundantes, a sua tríade estrutural: latifúndio, monocultura e exploração do trabalho.

No século XXI, além do avanço do neoliberalismo, os países do dito Sul global passaram por transformações que geraram impactos na questão agrária. Dentre estes é possível citar o *boom* das *commodities*, que compreende a inflação dos preços das mercadorias agrícolas e minerais no mercado internacional (FLEXOR e LEITE, 2017). O *boom* das *commodities* promoveu o avanço do agronegócio (especialmente transnacional), pautado sobretudo na expansão das fronteiras agrícolas, como MATOPIBA¹ e Amazônia, no Brasil

¹ Região composta por 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A regionalização foi estabelecida pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), da EMBRAPA. O MATOPIBA adquiriu maior projeção no período no qual Kátia Abreu estava a frente no MAPA, refletindo interesses pessoais da senadora,

(PEREIRA, 2019); Chaco, na Argentina e no Paraguai (PEREIRA, 2020; FUNDAPAZ, 2021) e Bosque Chiquitano, na Bolívia (GRAIN, 2020).

As consequências do processo de expansão das fronteiras do agronegócio todos sabemos e vivenciamos cotidianamente: o avanço do desmatamento, mudanças climáticas, alterações no uso do território, perda da segurança e soberania alimentar, utilização indiscriminada de agrotóxicos e sementes transgênicas, criminalização de movimentos sociais, guerra cultural contra os povos do campo (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020), aumento dos conflitos, da violência e da despossessão, que resultam na acentuação da pauperização da população (especialmente rural) e na concentração de terra e de renda.

Contudo, concomitantemente, os governos aproveitaram deste *megaciclo das commodities* para promover políticas de caráter social, porém, sem romper com o padrão de acumulação de capital pautado no neoliberalismo, ou seja, foi uma onda progressista e neoliberal. Estes governos iniciaram na América do Sul a partir da eleição de Hugo Chávez como presidente da Venezuela, em 1999, e são conhecidos como progressistas (SANTOS, 2019), pós-neoliberais (SADER, 2009). Segundo Santos (2018, p. 13-14):

Como resultado, os governos progressistas articularam o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; a capitalização dos pobres ao consumo importado (...) *O crescimento econômico insuflado pela alta dos preços das commodities facilitou políticas focalizadas que mitigavam a pobreza, enquanto os negócios prosperavam como sempre, resultando em relativa pacificação social* (Grifo nosso).

O Brasil não está a parte desta realidade. Entre 2003 e 2016 o país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que, dentre as diversas políticas públicas em diferentes esferas, promoveu a expansão das instituições de ensino superior; a criação e/ou expansão de programas que visavam o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); pautou a reforma agrária por meio do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA) e instituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “responsável por todas as ações de política agrária, agrícola e de desenvolvimento rural do país nos governos subsequentes, particularmente no tocante aos temas da reforma agrária e da política agrícola para os agricultores familiares” (MATTEI, 2018, p. 295). Ao mesmo tempo, no que se refere à reforma agrária, à desapropriação de terras, desde a metade do segundo mandato de Luís Inácio Lula

que possui latifúndios no estado do Tocantins. O número 47, ano 22 (2019) da Revista NERA é dedicado a análise da questão agrária no MATOPIBA. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MATOPIBA>. Acesso em: 30 abr. 2021.

da Silva (2003-2009) é pautada como uma reforma agrária considera conservadora (GIRARDI e FERNANDES, 2008).

O governo PT também investiu na implantação de projetos de infraestrutura em todos os rincões deste país de dimensões continentais, especialmente no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Todavia, ao mesmo tempo, o PT atuou fortemente na expansão dos megaempreendimentos e do agronegócio não somente no território brasileiro, mas em direção à América Latina e ao continente africano, especialmente nos países lusófonos, projetando o país no cenário geopolítico internacional por meio da integração regional e da cooperação Sul-Sul, o conhecido “Brasil Potência” (ZIBECHI, 2012)².

Porém, o progressismo não conduziu a mudança que, não apenas o Brasil necessitava e continuou na promoção de um modelo de desenvolvimento baseado no *extrativismo*, intitulado na sua face progressista de *neoextrativismo*³, “negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias econômicas, sociais, ambientais ou territoriais proporcionadas pela exportação de matérias-primas em grande escala” (SVAMPA, 2019, p. 17). Com o fim do *megaciclo das commodities* a direita avançou e junto com ela vieram os golpes e o fascismo. O primeiro a ter esta experiência foi o Paraguai, onde em 2012 o então presidente Fernando Lugo (Partido Aliança Patriótica para a Mudança/2007-2010 e Frente Guasú/2010 até o presente), foi deposto por meio de um golpe⁴. Em 2016 foi a vez do Brasil, onde a então presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), eleita democraticamente em 2014, foi deposta por meio de um golpe político/parlamentar/jurídico/midiático (MITIDIERO JUNIOR, 2017) no qual a bancada ruralista teve um importante papel.

O vice-presidente, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assume o posto de presidente do Brasil e inicia imediatamente a implantação de um projeto de país baseado no retrocesso das políticas sociais, no avanço do neoliberalismo e do fascismo pautado, especialmente no uso institucionalizado da violência contra as minorias: mulheres, negros, população LGBTQIA+, camponeses, indígenas e demais povos tradicionais, que juntos conformam a maioria deste país. Esse projeto é consolidado nas eleições presidenciais de 2018, na qual Jair Messias Bolsonaro (sem partido) é eleito após uma campanha baseada em discursos de ódio, no negacionismo da ciência e em uma série

² No livro, datado de 2012, Raúl Zibechi defendia que o Brasil era um dos poucos países do mundo que estava escapando da condição de periferia justamente pelo desenrolar do progressismo no país. Hoje, quase uma década depois, não é possível realizar tal afirmação.

³ Corresponde a face do extrativismo nos governos progressistas (SVAMPA, 2019).

⁴ No Paraguai o impeachment ocorreu após o episódio conhecido como *Massacre de Curuguaty*, no qual 17 pessoas (onze camponeses e seis policiais) foram assassinadas em um conflito ocorrido nas terras de Marina Kue, em Curuguaty, departamento de Canindeyú. Com a deposição de Lugo, o liberal Federico Franco assumiu a presidência, inserindo ainda mais o Paraguai na rota do neoliberalismo (PEREIRA, 2020).

de posicionamentos que desde sempre evidenciam o desconhecimento desta pessoa acerca da realidade do Brasil.

Assim, o objetivo deste artigo é apontar elementos que permitam a reflexão de como o governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em tão pouco tempo de mandato tem fortemente impactado a questão agrária em consonância com a pauta ambiental, aproveitando todas as fragilidades expostas pela pandemia da COVID-19 para “passar a boiada”⁵, aliás, o governo Bolsonaro nega a amplitude da pandemia⁶. A hipótese confirmada é que, mais do que nunca, as dimensões agrária e ambiental estão conectadas em prol de um projeto de país que visa a manutenção da tríade latifúndio, monocultura e exploração do trabalho. Outra conjectura é que a atualidade da questão agrária e ambiental não foi iniciada após as eleições de 2018, mas sim parte de um processo em curso desde o fim do *megaciclo das commodities*, no qual não é possível negar que a onda progressista Sul-Americana se beneficiou do período áureo promovido pelo *boom das commodities*.

Um ponto é fato: o agronegócio nunca saiu de cena. Nas últimas décadas, nem retrocessos apresenta, está em constante expansão em direção ao Cerrado, a Amazônia, ao Pantanal, aos territórios camponeses, quilombolas, indígenas e de outros inúmeros povos tradicionais. Sempre desmatando e matando aquilo que impede e questiona o seu crescimento desenfreado. Afinal, para haver expansão é necessária a existência de territórios *disponíveis* (muitas vezes tratados como ociosos, vazios) para serem apropriados. Foi assim nos anos áureos dos ditos governos progressistas, que usufruíram do *boom das commodities*, continua assim hoje em pleno um momento de crise econômica, política, sanitária e social.

Neste sentido, o texto está organizado em três seções, além da introdução. Primeiramente são abordadas as políticas agrárias no governo Temer (2016-2018), focando nos desmontes já anunciados neste breve mandato. Em seguida partimos para a reflexão acerca do desmantelamento das pastas relacionadas a questão agrária e ambiental no governo Bolsonaro. Por fim, é posta uma breve exposição dos artigos que compõem o número 58 da Revista NERA. É importante registrar a dificuldade de encontrar um “fio condutor” entre artigos com contribuições tão amplas acerca da realidade agrária não somente brasileira, contudo, todas as contribuições desta edição nos permitem explorar a diversidade dos desmontes relacionados ao campo, relacionando a questão educacional, ambiental, extrativista, cultural, econômica, dentre tantas outras.

⁵ Na reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020 o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o período da pandemia seria ideal para “passar a boiada”, ou seja, aproveitar o período em que a sociedade estaria com todas as atenções voltadas para a questão da saúde para passar reformas que necessitam de um amplo debate, sobretudo em relação a pasta ambiental (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021).

⁶ Até o dia 1º de maio de 2021, 404.000 brasileiros perderam a vida em decorrência da COVID-19.

Governo Temer e o início dos desmontes das políticas agrárias (2016-2018)

Como pontua Alentejano (2018), a reforma agrária no Brasil é constantemente anunciada e não realizada, Temer apenas “joga a pá de cal na reforma agrária”. Michel Temer assume provisoriamente a presidência do Brasil em 12 de maio de 2016 e permanentemente em 31 de agosto de 2016. Já no mandato provisório, ainda em 12 de maio, Temer assinou a medida provisória n. 726, convertida na Lei n. 13.341, de 29 de setembro de 2016, que alterou e revogou os dispositivos da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e extinguiu o MDA, transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o que representou um tamanho retrocesso para a conservadora reforma agrária levada a cabo no Brasil, visto que o MDA era responsável por políticas públicas de fortalecimento do campesinato e da agricultura familiar.

O desmonte atingiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio dos cortes orçamentários, o que resultou no enfraquecimento da atuação do órgão. Ademais, como são necessárias novas terras para a exploração e assim garantia da acumulação do capital, as políticas que visavam a liberalização e a mercantilização de terras foram postas em centralidade, como a emissão massiva de títulos de lotes nos projetos de assentamentos do INCRA, pauta frequentemente debatida por movimentos de luta pela terra, e a ampliação do Programa Terra Legal, que “resultaram não apenas na Emenda Constitucional 95, mas na edição de várias Medidas Provisórias, levando a transferência de patrimônio público (terra) para privados e desresponsabilizando o Estado de interferir no campo” (LEITE, CASTRO e SAUER, 2018, p. 247). Concomitante a titularização massiva, o número de assentamentos criados foi praticamente nulo. Na realidade, os governos petistas já apresentavam uma redução desta política, porém Temer a selou de vez. De acordo com os relatórios DATALUTA Brasil⁷, a partir de dados disponibilizados pelo INCRA, entre 2016 e 2018 foram criados em âmbito federal 136 assentamentos rurais, totalizando 11.790 famílias assentadas e em uma área de 681.267 hectares. Apenas uma pequena parte desses assentamentos teve origem na desapropriação de terras, sendo mais comum o uso de políticas que não causam impacto na estrutura fundiária como a regularização e o reconhecimento.

O Brasil ocupa as primeiras posições no *ranking* dos maiores consumidores de agrotóxicos (e sementes transgênicas) e isso não é exclusividade do período atual. Contudo, seguindo as tendências posta após o golpe de 2016, a situação se agrava. Um dos casos

⁷ Desde 2005 o Rede DATALUTA publica anualmente o Relatório DATALUTA Brasil, sistematizando dados referentes à questão agrária brasileira. Maiores informações disponíveis em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

emblemáticos é a aprovação da Lei n. 13.301. de 27 de junho de 2016⁸, ainda quando Temer estava em mandato provisório, que, dentre as suas disposições, permite a pulverização de inseticidas em áreas urbanas e habitadas (FRIEDRICH et al., 2018). Outro retrocesso foi em relação ao Programa de Análise Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)⁹, onde os resultados do monitoramento dos alimentos *in natura* foram minimizados no relatório anual de 2016.

Também se destaca negativamente o Projeto de Lei n. 6.299/2002, comumente conhecida como PL do Veneno, que visa flexibilizar a legislação dos agrotóxicos criada em 1989, especialmente o sistema normativo regulatório de agrotóxicos no Brasil (FRIEDRICH et al., 2018). O PL foi apresentado ainda em março de 2002 por Blairo Maggi (Partido Progressista), um dos maiores sojicultores do Brasil e responsável pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) durante o governo Temer. Em consulta na Câmara dos Deputados é possível verificar que o PL ainda está em tramitação, porém pareceres favoráveis já foram emitidos por diferentes comissões. A pauta da flexibilização do comércio e uso dos agroquímicos atinge a vida, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) publica periodicamente o Dossiê ABRASCO¹⁰, alertando a partir de evidências científicas os impactos dos agrotóxicos na saúde.

No âmbito da estrangeirização da terra, o governo Temer buscou avançar na pauta da flexibilização da apropriação de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil, muito pressionado pela banca ruralista, especialmente daqueles com o interesse no MATOPIBA. Em meados de 2017 foram anunciadas por meio de reportagens os avanços desta flexibilização, inclusive o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou que o governo pretendia liberar nos até o final do mês de março 2017 (PEREIRA, 2017). A pauta não avançou e, apenas em 2020, a questão voltou no cerne do debate agrário e econômico. Este ponto é interessante porque evidencia as relações de poder e interesses em torno de uma legislação. No governo Dilma Rousseff, quando Kátia Abreu estava à frente do MAPA as atenções estavam direcionadas para o MATOPIBA e para a revogação do Parecer LA 01/AGU, de agosto de 2010. Contudo, quando Temer assume o posto e Blairo Maggi se torna ministro da agricultura, os rumos mudam, o MATOPIBA deixa de ser foco e Maggi, inclusive, realiza declarações favoráveis a uma maior restrição da legislação referente a

⁸ É interessante este caso porque, segundo Friedrich et al. (2018) pretexto utilizado para a aprovação da lei foi o de “combater” o vetor transmissor dos vírus da dengue, *chikungunya* e *zika*, o que de fato aparece na disposição geral da referida legislação., mesmo com o Ministério da Saúde sendo contrário a tal marco jurídico.

⁹ Desde 2001 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) realiza tal monitoramento. Segundo a página eletrônica oficial da ANVISA, o último relatório é de 2017/2018, seguindo a tendência do governo Bolsonaro de diminuir as pesquisas científicas e a não realizar a divulgação de dados atualizados. Maiores informações disponíveis em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos>. Acesso em: 30 mai. 2021.

¹⁰ Maiores informações disponíveis em: <https://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

estrangeirização, no sentido de evitar a especulação com terras e cultivos temporários, ou seja, atuou na defesa de seus interesses.

As políticas de combate à fome foram desmanteladas por diferentes frentes. Desmontes, sobretudo por meio dos cortes orçamentários, em políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tornaram-se uma realidade cada vez mais presente. Tais programas foram fundamentais para que o Brasil saísse do mapa da fome. Ademais, é inegável o protagonismo brasileiro nas relações agroalimentares globais (LIMA, PEREIRA e BARBANTI, 2018), que colocou o Brasil em posição de destaque no cenário internacional, uma vez que políticas públicas como o PAA serviram de inspiração para outros países, como Moçambique (CLEMENTS, 2015). Segundo Souza (2018, p. 672) a estratégia de Temer não foi “extinguir sumariamente a política, mas ir diminuindo paulatinamente os recursos de sustentação até que o PAA morra de inanição”.

A educação do campo, pauta histórica de luta dos movimentos sociais, foi fortalecida nos governos progressistas e se tornou alvo de ataques após o golpe de 2016. De modo geral, a educação/ensino em sua totalidade foi e vem sendo profundamente impactada em múltiplas escalas (educação básica, ensino médio e superior) com as recorrentes reformas nos currículos (como a reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular), com as ameaças a profissão docente, que caminham rumo a neoliberalização da educação, ou seja, a transformação da educação em mercadoria. Em nível da educação do campo os desmontes ocorrem através de cortes em políticas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e fechamentos de escolas do campo. Santos (2018) chama a atenção ao decréscimo do número de escolas e de matrículas na área rural e crescimento na área urbana. A temática da educação do campo é abordada em dois artigos do número 58 da Revista NERA: “Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia” e “Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses”.

Ao mesmo tempo a violência seguiu o seu fluxo contínuo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicados anualmente através do Caderno de Conflitos no Campo, entre 2016 e 2018 ocorreram 160 assassinatos, 222 tentativas de assassinatos, 592 ameaças de morte. A violência no campo é uma característica estrutural do modo de produção capitalista, afinal, a primeira etapa para garantir a acumulação de capital é a separação – por meio do emprego de práticas violentas – do trabalhador do meio de produção, a assim chamada acumulação primitiva (MARX, 1970). Os mecanismos se renovam e a violência se torna institucionalizada. De acordo com Mitidiero Junior e Feliciano (2018, p. 225) “a conjuntura política golpista, na qual a bancada ruralista foi partícipe fundamental, criou um sentimento de “tudo pode” a esse setor”, estando assim *autorizada* a promover a violência.

Os números referentes ao trabalho escravo foram expressivos, totalizando 220 denúncias, 2.744 trabalhadores envolvidos e 1.875 trabalhadores libertos entre 2016 e 2018. O governo Temer atuou vigorosamente nesta questão por meio de medidas que tentaram enfraquecer o combate ao trabalho escravo no Brasil, tais como a suspensão da publicação da Lista Suja do Trabalho Escravo, os cortes de verbas aos órgãos públicos responsáveis pelas fiscalizações do trabalho nas empresas/propriedades rurais e a emissão da Portaria n. 1.129, de 13 de outubro de 2017 que, dentre tantas medidas alterava o entendimento jurídico acerca dos conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo. Assim, só seria considerado trabalho escravo casos nos quais os trabalhadores necessariamente estivessem impedidos de usufruir do seu direito de ir e vir através da imposição de dívidas e retenção de documentos pelos patrões, isolamento geográfico e presença de segurança armada (SANTANA, 2018).

Estes ataques nas pautas relacionadas ao campo são apenas uma fatia de tantos outros retrocessos iniciados no governo de Michel Temer. Além dos impactos da questão agrária articularem várias dimensões e afetar a sociedade na sua totalidade, todas as outras pastas sofreram desmontes. Não são políticas aleatórias, o sentido é justamente criar um ambiente favorável para a acumulação do capital em tempos de crise, garantir que a classe dominante continue no poder e fazer ruir a jovem democracia brasileira. Temer deu o pontapé inicial e Bolsonaro continua.

Bolsonaro e a continuidade dos desmontes das políticas agrárias (2019-atual)

A agenda ultra neoliberal consolidada no governo Bolsonaro é caracterizada pelo desmonte e descaracterização do aparelho estatal (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020) não apenas nas políticas econômicas, mas também trabalhista, ambiental e fundiária. A mercantilização dos recursos naturais, especialmente por meio do neoextrativismo ultra liberal e marginal pautado na mineração (WANDERLEY, FERNANDES e MILANEZ, 2020) e no extrativismo agrário (SOYER e BARBOSA JR, 2020), caminha passo-a-passo com as políticas de incentivo ao agronegócio e criminalização do campesinato, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Grande parte do Temer implementou em desde 2016, Bolsonaro (sem partido) simplesmente deu continuidade. Como já destaca Kluck (2020), em muitos momentos as ações do atual governo se assemelham com uma “bagunça generalizada”, porém está é a estratégia que:

Esconde atrás dos escombros deixados por ela mesma a cada dia, um perverso modus operandi, envolvendo políticos e empresários organizados em bancadas ou grupos, na proposição e reelaboração de leis (medidas provisórias, projetos, revogações de leis, entre outros), voltadas às questões

fundiárias e ambientais, com potencial de efetivar uma grande dilapidação do “patrimônio” público (KLUCK, 2020, p. 683).

Um dos exemplos são os drásticos cortes orçamentários em todas as pastas, inclusive em tempos de pandemia. São cortes orçamentários no INCRA, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e em diversas instituições de pesquisa, que são cruciais para formulação de políticas públicas no país, dentre estas destacamos os intensos desmontes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE. Isso tem resultado diretamente na flexibilização de políticas de controle do desmatamento.

Além disso, a militarização começa a fazer parte do cotidiano destes órgãos, justamente com o objetivo de promover o avanço radical do agroextrativismo (FURTADO, 2021). Um caso emblemático é a nomeação de Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), para secretário de Assuntos Fundiários. Há constantes ataques a pesquisa e ao conhecimento científico, um exemplo é a Portaria n. 51, publicada em 10 de março de 2021 no Diário Oficial da União, que coloca ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao ICMBio a “*competência para autorizar previamente a publicação de manuscritos, textos e compilados científicos produzidos no âmbito e para este Instituto em periódicos, edições especializadas, anais de eventos e afins*”. Ou seja, impõe a censura acadêmica aos seus servidores.

A pasta ambiental é um destaque, porque a política do “passar a boiada” se faz presente cotidianamente. A questão ambiental nunca antes foi tão primordial, o mundo está debatendo as mudanças climáticas, que são decorrentes do desmatamento, da emissão de gases poluentes e demais práticas predatórias. E o Brasil de Bolsonaro está no cerne da discussão internacional, justamente por suas políticas, a maioria de forma infralegal¹¹, de destruição do meio ambiente, medidas estas que beneficiam o agronegócio, a bancada ruralista, os latifundiários, os grileiros, os madeireiros e os garimpeiros. Todo o território nacional está sob ataque, mas as fronteiras do extrativismo mineral e agrário são o Cerrado e Amazônia que, junto com o Pantanal, foi palco de queimadas sem precedentes em 2020. Segundo carta¹² publicada no âmbito da articulação “Agro é Fogo!” e assinada por aproximadamente 100 organizações, o aumento do desmatamento e das queimadas é reflexo do desmonte e militarização de órgãos ambientais em conjunto com a flexibilização das

¹¹ Segundo o Observatório do Clima (2021, p. 04), “a receita para o desmonte ambiental, neste primeiro momento, consiste em fazer todas as mudanças possíveis de forma infralegal, sem precisar passar pelo Congresso”.

¹² Carta intitulada “Diante de mentiras que ninguém acredita, é preciso reafirmar o óbvio: As queimadas são culpa do agronegócio!”, publicada em 25 set. 2020 após o discurso de Bolsonaro na Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <https://www.agb.org.br/nota-publica-de-denuncia-a-destruicao-no-pantanal-cerrado-e-amazonia/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

políticas de controle do desmatamento. Assim, o governo Bolsonaro é cúmplice da devastação por ação e omissão.

Na pasta fundiária os retrocessos foram múltiplos. Já no primeiro dia de mandato ocorreu a edição da Medida Provisória n. 870, que alterou a estrutura administrativa do governo e que dentre diferentes ações deu fim a Secretaria Especial de Agricultura Familiar¹³ e tentou subordinar toda a agenda fundiária e ambiental à agenda agrícola (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020; FERNANDES et al., 2020). A farra da grilagem continuou (e continua) mais viva do que nunca, especialmente com a edição da Medida Provisória n. 910, conhecida como MP da Grilagem, proposta pelo governo Bolsonaro no final de 2019 (ALENTEJANO, 2020). Mediante as dificuldades impostas pela pandemia, o governo não conseguiu “passar a boiada” neste caso e a MP da Grilagem “foi transformada no Projeto de Lei n. 2.633/2020 e seguem as pressões do agronegócio pela sua aprovação” (ALENTEJANO, 2020, p. 382).

Em números, a reforma agrária sofreu a maior retração da história. Em 2019 nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi decretada para fins de reforma agrária, superando os três assentamentos criados em 1985 (FERNANDES et al., 2020). No período apenas dois territórios quilombolas foram reconhecidos, ambos com áreas delimitadas em governos anteriores (FERNANDES et al., 2020). Ao mesmo tempo, se mantem as narrativas de titulação de lotes nos assentamentos de reforma agrária (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020). Isso ocorre porque o agronegócio necessita de novos territórios para garantir a sua expansão e as terras da reforma agrária são uma das possibilidades.

Para além da violência institucionalizada, a violência nos conflitos do campo, materializadas em assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, expulsões, despejos e destruição de bens de populações camponesas, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais continuam ocorrendo a passos largos. Segundo dados da CPT, apenas em 2019 foram 32 assassinatos, 30 tentativas de assassinato e 201 ameaças de morte. A frequente criminalização de movimentos sociais também é uma face desta violência. Os contínuos discursos de ódio jorrados pelo presidente em exercício e por toda sua corja legitimam o uso da violência contra os povos do campo, das águas e das florestas.

Ruralistas e integrantes do governo, especialmente o próprio presidente Bolsonaro, disseminam abertamente discursos discriminatórios contra essas populações, classificando-as como inferiores, “que nem para procriar servem mais”, ou porque “sufocam o agronegócio”. Sendo assim, é preciso “dar armas e fuzis para os fazendeiros”. Nesse processo, recupera-se um discurso colonial que afirma que essas populações são as causas dos problemas ambientais e, portanto, obstáculos ao desenvolvimento e inimigas da nação (FURTADO, 2021, p. 43).

¹³ Que concentrava o restante das competências do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já citado na seção acima.

Mesmo com a pandemia e com as todas as crises instauradas e com o agronegócio se expande a todo vapor (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021). Uma das medidas que possibilita este avanço é a flexibilização da legislação que controla a estrangeirização da terra. A Lei n. 13.986, de 07 de abril de 2020, popularmente conhecida como Lei do Agro, dentre as inúmeras alterações em marcos jurídicos relacionados a questão agrária, modificou o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971, que até a atualidade é a legislação de visa regulamentar a estrangeirização da terra no Brasil. A Lei n. 13.986/20 declara que as restrições estabelecidas na legislação de 1971 não se aplicam aos casos de sucessão legítima; às hipóteses de constituição de garantia real, nacional ou estrangeira e; aos casos de recebimento de imóvel em liquidação de transação com pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, ou pessoa jurídica nacional da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e que residam ou tenham sede no exterior, por meio de realização de garantia real, de dação em pagamento ou de qualquer outra forma.

Segundo Fernandes et al. (2020) a aprovação da Lei n. 13.986/20 abre lacunas que permitem a apropriação de terras rurais por empresas estrangeiras ou brasileiras controladas por estrangeiros. Em dezembro de 2020 a pauta novamente tomou o cenário nacional quando foi aprovado no “saldão de final de ano”¹⁴ do Senado o Projeto de Lei n. 2.963/19, de autoria de Irajá Abreu (PSD/TO). Logo em seguida Bolsonaro se posicionou contrário ao PL, afirmando que irá vetar a venda de terras à estrangeiros se o Congresso aprovar (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 25 dez. 2020). Até o momento da conclusão desta apresentação não houveram avanços na pauta.

Em 2020, mesmo com todas as crises que assolaram (e ainda assolam) o Brasil, o agronegócio foi o único setor da economia que apresentou lucro no país. De acordo com a Exame (01 dez. 2020), a estimativa de crescimento do PIB do agronegócio para 2020 é 9%, impulsionado pelo aumento da produção e dos preços (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021). Além disso, a exportação de produtos agrícolas atingiu seu recorde em 2020, onde de janeiro a novembro foram exportados 131,5 milhões de toneladas por US\$61,2 bilhões, o que corresponde a 9,2% a mais do que no mesmo período de 2019 (FORBES, 06 dez. 2020).

A contradição disso tudo é que preços dos alimentos que compõem a dieta alimentar básica da população brasileira vêm apresentando contínuo aumento (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021). O par “aumento do preço dos alimentos e elevação do desemprego” foi um dos motivos para que em abril de 2021 mais de 50% da população brasileira estivessem em estado de insegurança alimentar grave. Assim, são 116.800.000 pessoas em situação de

¹⁴ Expressão utilizada pelo Canal Rural (18 dez. 2020) para se referir a sessão que aprovou o Projeto de Lei em questão em apenas 44 minutos.

insegurança alimentar, os resultados são da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

Os desmontes, os ataques a democracia e a vida aqui citados são apenas uma ínfima parcela de uma gama complexa de cortes, de políticas públicas, de marcos jurídicos e de discursos que visam promover um modelo de desenvolvimento pautado na concentração de renda e terra, na exploração da natureza e do trabalho para assim garantir a continuidade da acumulação de capital e que este pequeno grupo continue no poder. Bolsonaro não ocupa o cargo de presidente da República por acaso, foi eleito e, mesmo diante de tantos episódios que evidenciam a sua incapacidade de governar o país, se mantém no poder. Se ele continua é porque tem grupos que estão se beneficiando com as suas ações.

Sobre este número

Como as demais edições da Revista NERA, o número 58 é caracterizado pela multiplicidade de olhares sobre a questão agrária mundial, evidenciando que mesmo com a tendência de incorporação dos territórios rurais pelo capital, os mesmos não são homogêneos. Esta edição traz temas que nos permite analisar e refletir sobre os diferentes desmontes acima citados em múltiplas escalas, desde a narrativa do agronegócio, passando pela educação do campo e chegando no extrativismo, na apropriação na natureza e nos conflitos socioambientais.

O número 58 é iniciado com o artigo “O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante”, no qual os autores Jéssyca Tomaz de Carvalho e Adriano Rodrigues de Oliveira analisam, a partir do caso do Brasil, as estratégias político-discursivas, empreendidas pelo agronegócio, procurando demonstrar as características hegemônicas e a unidade de discurso como campo conceitual de persuasão-convencimento da sociedade. A temática abordada por Carvalho e Oliveira é extremamente urgente, especialmente neste momento em que a política de “passar a boiada” se faz presente. Os autores evidenciam as estratégias em do Governo Bolsonaro, para acelerar a marcha de apropriação dos *territórios bloqueados* ao processo de acumulação ampliada do capital via agronegócio e mineração.

Em seguida, é introduzido no número 58 a temática da educação do campo através do artigo “Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia”, de autoria de Felipe Moretto Moura e Sandra de Castro de Azevedo. Por meio da compreensão da educação no campo como uma frente de luta pela terra e no marco do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo), Moura e Azevedo analisam os conteúdos de Geografia presentes no material do Ensino Fundamental I do ano de 2016, adotados no município de Alfenas, na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Os autores concluem

que o conteúdo dos livros didáticos de geografia do PNLD Campo atende à proposta de Educação do Campo, evidenciando assim a potencialidade dessa política.

Dando continuidade ao debate da educação do campo, as autoras Rosane Rosa Dias Fernandes e Danielli Calabrez Martins, no artigo intitulado “Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses”, apresentam os resultados do Projeto Profissional do Jovem, atividade de conclusão do Curso de Técnico em Agropecuária da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola do Bley, localizada no município de São Gabriel da Palha, na mesorregião Noroeste Espírito-Santense. O objetivo do artigo é a identificação dos impactos que o projeto profissional do curso proporcionou na autonomia e na emancipação econômica e social do jovem camponês, concluindo que o Projeto Profissional aplicado nas unidades produtivas possibilita autonomia financeira ao jovem camponês e transformação da sua realidade.

As temáticas relacionadas à educação do campo são de suma importância, especialmente em um contexto no qual observa-se uma diversidade de desmontes no âmbito das políticas educacionais e a orientação em direção a neoliberalização do ensino, onde a educação do campo, luta histórica dos movimentos sociais, tende a ser mais afetada. Exemplos são a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Outro assunto que se faz presente no número 58 da Revista NERA é questão ambiental e a sua interlocução e conexão com a questão agrária. O primeiro artigo neste tema é o “Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá”. A autora, Maria Geralda de Almeida, a partir da criação de Projeto de Assentamento de Agroextrativista (PAE) no sul do Amapá por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), analisa se a parceria causou o empoderamento dos assentados ou se foi uma estratégia para o autoritarismo do INCRA. A modalidade PAE¹⁵ foi criada pelo órgão justamente a partir do reconhecimento da existência de formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza, se materializando por meio da gestão conjunta, atribuindo às associações do PAE a participação na gestão.

Na mesma vertente, porém focando em outras formas de (re)produção do espaço agrário e sua relação com a natureza, o artigo intitulado “A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais”, de autoria de Ademir Terra e Francisco de Oliveira Viana traz para o debate a territorialização do

¹⁵ Segundo o INCRA (2020), as características da modalidade PAE são: obtenção da terra, criação de um projeto e seleção dos beneficiários é responsabilidade da União por meio do INCRA; aporte de recursos de crédito “Apoio Instalação” e de crédito de produção de responsabilidade da União; infraestrutura básica e titulação (Concessão de Uso) também são responsabilidade da União; presença de atividades ambientalmente diferenciadas e beneficiários, geralmente, são oriundos de comunidades extrativistas.

campesinato Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, localizado na mesorregião Norte-Maranhense. O objetivo de Terra e Viana é analisar os principais desafios da produção e reprodução camponesa frente à política restritiva do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que limita as atividades das comunidades instaladas em seu interior. Os autores também focam nos conflitos socioambientais que emergem nesse cenário.

Na sequência, o artigo “Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP”, de Rodolfo de Souza Lima e Ricardo Pires de Paula, tem como objetivo, a partir do Pontal do Paranapanema (extremo oeste do estado de São Paulo), a analisar o processo de territorialização das políticas da chamada Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM), proposta no âmbito do Banco Mundial. Lima e Paula apontam que a expansão da CRAM na região foi um processo articulado pelos fazendeiros e ruralistas como mais uma tática para contrapor o avanço da luta pela terra. Ademais, observam a existência de uma distância entre o discurso do Banco Mundial e a realidade dos empreendimentos, cujos resultados se materializam numa lógica dialética de subordinação e resistência. É interessante ressaltar que o Pontal do Paranapanema é marcado pela expressiva extensão de terras griladas materializadas em latifúndios (hoje cultivado com cana-de-açúcar) e com intensa atuação de movimentos de luta pela terra, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O sétimo artigo do número do número 58 traz um tema bastante explorado em edições anteriores da Revista NERA, porém com uma escala de análise antes não abordada, São Tomé e Príncipe, país insular localizado na África Central. Na contribuição intitulada “Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão”, os autores Ayolse Andrade Pires dos Santos e Joelson Gonçalves de Carvalho, a partir do estudo de caso da comunidade agrícola de Monte Café, objetivam lançar luz à realidade concreta dos camponeses de São Tomé e Príncipe. Santos e Carvalho indicam que em São Tomé e Príncipe na atualidade é caracterizado como um país agroexportador com um baixo grau de desenvolvimento, especialmente no território rural, onde a população está em um nível de vida marcada pela pobreza.

Extrapolando a escala do Brasil, o artigo “Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación”, de autoria de Guido Lissandrello, insere no debate as relações entre a esquerda e as Ligas Agrárias na Argentina ainda na década de 1970. O texto em questão é uma revisão da literatura existente, buscando propor uma agenda de trabalho que visa delinear linhas de pesquisa a serem futuramente desenvolvidas. A partir da observação das reflexões sobre as práticas políticas da esquerda, Lissandrello indica que os estudos da década de 1970 não contemplaram em profundidade o problema agrário. Na conclusão é

apresentada uma diversidade de objetivos e hipóteses que podem ser exploradas para começar a preencher a lacuna no conhecimento atual.

Neste número da Revista NERA conta com a publicação de uma homenagem ao professor e pesquisador-militante Rafael Navas, que nos deixou em dezembro de 2020. Navas era docente do curso de Agroecologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e muito contribuiu para o debate da produção agroecológica, segurança e soberania alimentar, atuando junto aos movimentos sociais. A homenagem é o artigo “Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária”, que foi submetido em março de 2020 pelos autores Rafael Navas, Wanda Griep Hirai e Maria Alice Araújo Oliveira.

O artigo em questão objetiva analisar a produção agrícola e o uso de agrotóxicos no assentamento Dom Helder Câmara, localizado no município de Murici, na Zona da Mata alagoana. Navas, Hirai e Oliveira concluem que mesmo diante da falta de efetivação de políticas públicas e ausência de incentivo no acesso às tecnologias e informações voltadas às técnicas sustentáveis de produção, o assentamento Dom Helder está passando por uma transição de produção, onde a maioria dos agricultores tem adotado a produção agroecológica e com baixo uso de agrotóxicos. Rafael Naves presente!

Por fim, na seção resenhas, consta a resenha do livro “Continuum colonial”, redigida por Régia Cristina Alves dos Santos e Márcio José Celeri. O livro “Continuum colonial”, de autoria do sociólogo Bartolomeu Rodrigues Mendonça, foi publicado em 2019 pelas editoras Paco Editorial e EDUFMA, esta última da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O livro é uma análise sobre os territórios vividos e em constante conflitos entre os *herdeiros da colônia* e os *escravos da república*, reverberado nos grandes projetos desenvolvimentistas atuais e alargado pela transnacionalidade de instituições e empresas que visam o uso do território de comunidades tradicionais no Maranhão.

Desejamos a todas(os) uma excelente leitura e que sejam frutíferos os debates!

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A políticas agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

BRASIL. Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 07 de outubro de 1971

BRASIL. Medida Provisória n. 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 12 de maio de 2016.

BRASIL. Lei n. 13.301, de 27 de junho de 2016. Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus Chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 27 de junho de 2016.

BRASIL. Lei n. 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispões sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória n. 717. De 16 de março de 2016. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 29 de setembro de 2016.

BRASIL. Portaria n. 1.129, de 13 de outubro de 2017. Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à escravidão, dentre outras disposições. **Diário Oficial da União**, Ministério do Trabalho. Brasília, 13 de outubro de 2017.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.963, 20 de maio de 2019. Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências. **Senado Federal**, Brasília – DF.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Brazilian Polices and Strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South Cooperation and the case of ProSAVANA and PAA**. Presidente Prudente, 2015, 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Ameaçados de morte**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/15-ameacados-de-morte>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Assassinatos**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/5-assassinatos>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Tentativas de Assassinatos**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/11-tentativa-de-assassinato>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Trabalho Escravo**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/12-trabalho-escravo>. Acesso em: 28 abr. 2021.

EXAME. PIB do agronegócio do Brasil terá alta recorde em 2020, prevê CNA. **Exame**, caderno Economia, publicado em 01 dez. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/pib-do-agronegocio-do-brasil-tera-alta-recorde-em-2020-preve-cna/>. Acesso em: 24 dez. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio Pereira. Mercado de terras, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017, p. 20-38.

FORBES. Nem a pandemia de Covid-19 para o agronegócio brasileiro. **Forbes**, caderno Principal, publicado em: 06 dez. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com.br/negocios/2020/12/nem-a-pandemia-de-covid-19-para-o-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

FRIEDRICH, Karen et al. Agrotóxicos: mais venenos em tempos de retrocessos de direitos. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 326-347, 2018.

FUNDAPAZ. **Reporte 2020**. Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz, Argentina, 2021.

FURTADO, Farbina. Antiambientalismo bolsonarista e financeirização da natureza em tempos de pandemia. PAIM, Elisangela Soldateli (Org.). **Resistências e Re-existências**. Mulheres, território e meio ambiente. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, p. 39-68.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária** (São Paulo. Online), v. 8, p. 73-98, 2008. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i8p73-98.

GRAIN. Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. **Grain**. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>. Acesso em: 28 abr. 2021.

INCRA. **Modalidades de assentamentos**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2020. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Terra e floresta em foco: percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 681-711, 2020.

LEITE, Acácio Z.; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 247-274, 2018.

LIMA, Thiago; PEREIRA, Iale; BARBANTI, Olympio. O agrogolpe e a política externa: desmatelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 396-421, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**, n. 114, p. 1-23, jun. 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 218-258, 2018.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual**. Os ciclos espaciais de acumulação. O espaço total. Formação do espaço agrário. São Paulo: Consequência, 2018.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Bolsonaro diz que vai vetar venda de terras para estrangeiros se aprovada pelo Congresso. **Notícias Agrícolas**, caderno Política e Economia, publicado em: 25 dez. 2020. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/276739-bolsonaro-diz-que-vai-vetar-venda-de-terras-para-estrangeiros-se-aprovada-pelo-congresso.html#.YI3Z3rVKjIU>. Acesso em: 01 mai. 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. “**Passando a boiada**”. O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, janeiro de 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. Liberação na aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil e o controle de terras. **Boletim DATALUTA**, n. 112, p. 1-18, abr. 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019. DOI: [10.47946/rnera.v0i47.6284](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i47.6284).

PEREIRA, Lorena Izá. Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 362-382, 2020. DOI: [10.47946/rnera.v0i55.7403](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.7403).

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021. DOI: [10.47946/rnera.v0i56.8314](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i56.8314).

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: <http://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009. SANTANA, Aurelane Alves. Legitimar a escravidão no Brasil? As políticas do governo de Michel Temer para o trabalho escravo contemporâneo. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 467-476, 2018.

SANTOS, Clarisse Aparecida dos. O golpe e a cassação do direito fundamental dos camponeses à educação do campo. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 422-433, 2020.

SANTOS, Clarisse Aparecida dos. Educação do Campo no contexto da ofensiva bolsonarista à educação brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 393-425, 2020.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma histórica da onda progressista Sul-Americana**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Z.; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. A política de aquisição de alimentos na mira do golpe. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 664-677, 2018.

SOYER, Gabriel; BARBOSA JR., Ricardo. O extrativismo agrário do Governo Bolsonaro a partir das relações Estado-Sociedade. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 522-554, 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo Editora Elefante, 2019.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potência**. Entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2012.

WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis F.; MILANEZ, Bruno. O interesse é o minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 555-599, 2020.

Sobre os autores

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (biênio 2020/2022). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>

Camila Ferracini Origuéla – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é pesquisadora colaboradora do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1509-3604>

Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). <https://orcid.org/0000-0001-9424-9699>

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 08-27, mai.-ago., 2021.